

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.133 - MG (2018/0219469-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : PAULO CESAR DA ROSA GOES - SC004008
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - SC017458B
RODRIGO FRASSETTO GOES - MG146297
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - MG146442
SIELMARA FERREIRA MIRANDA - MG069830
AGRAVANTE : SHIRLEY GONÇALVES BARCELOS
ADVOGADOS : GRAZIELE GLECIA RAMOS MOREIRA - MG120773
LIVIA RIBEIRO SILVA VILAS BOAS - MG112786N
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. RECURSO REPETITIVO. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

SHIRLEY GONÇALVES BARCELOS (SHIRLEY) ajuizou ação revisional contra OMNI S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (OMNI), alegando abusividades de cláusulas de contrato bancário, referentes a taxa de juros remuneratórios, capitalização de juros, comissão de permanência, pleiteando restituição dos valores pagos a maior.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, vedando a cobrança de comissão de permanência cumulada com multa de mora, limitada à soma dos encargos remuneratórios e moratórios pactuados do contrato (e-STJ, fls. 258/273).

Interposta apelação por SHIRLEY, o Tribunal de origem deu-lhe parcial provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 330):

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - ALEGAÇÕES INAUGURADAS APENAS NAS RAZÕES DO APELO - INOVAÇÃO RECURSAL - RECURSO NÃO CONHECIDO, EM PARTE - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - REVISÃO DAS CLÁUSULAS - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- APLICABILIDADE - JUROS REMUNERATÓRIOS - INOBSERVÂNCIA DA TAXA MÉDIA DE MERCADO - ABUSIVIDADE - LIMITAÇÃO DEVIDA - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - CUMULAÇÃO COM DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS - IMPOSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ - DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA - OCORRÊNCIA.

- Não pode o órgão revisional conhecer de questões que, não apreciadas na decisão recorrida, tiveram sua discussão inaugurada somente na via recursal, sob pena de violar o princípio do duplo grau de jurisdição.

- É possível a revisão das cláusulas contratuais, à luz do Código de Defesa do Consumidor.

- Embora tenha o Supremo Tribunal Federal assentado, em súmula, a inaplicabilidade das limitações das taxas de juros impostas pela Lei de Usura às instituições financeiras, deve ser observada, na cobrança dos juros remuneratórios, a taxa média de mercado, sob pena de abusividade.

- É permitida a capitalização mensal de juros nos contratos celebrados, com instituições financeiras, após a edição da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000, desde que avençada.

- É legal a cobrança, se pactuada, de comissão de permanência, em período de inadimplemento, calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil - limitada, contudo, à soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - e desde que não cumulada com juros remuneratórios, moratórios, correção monetária e multa, não possuindo respaldo legal sua substituição pelo INPC. Inteligência dos Enunciados nas. 30, 296 e 472 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

- Uma vez lastreados em obrigação expressamente assumida em contratação na qual não se caracterize conduta de má-fé da instituição financeira contratada, os valores a serem devolvidos ao contratado, por terem sua ilegalidade reconhecida em decisão judicial, não comportam dobra.

- Segundo entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento da abusividade de encargos contratuais cobrados no período da normalidade descaracteriza a mora.

Inconformada, OMNI interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 3º, caput, do DL nº 911/69, 422 do CC/02, Resoluções nºs 2.303/96 e 3.218/07 do CMN, aduzindo, em síntese, os juros remuneratórios livremente pactuados não podem ser revisados.

SHIRLEY não ofereceu contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial em face de precedente firmado em recurso repetitivo. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

SHIRLEY não apresentou contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Verifica-se que a Corte estadual, no juízo de admissibilidade exercido, negou seguimento ao recurso especial por entender que a questão dos juros remuneratórios foi decidida em consonância com a jurisprudência do STJ firmada em recurso repetitivo.

Assim, considerando o recente entendimento desta Corte, a hipótese é de não conhecimento do presente agravo quanto ao tema. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a

matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELIZZE, Terceira Turma, J. 2/8/2016, DJe 25/8/2016 – sem destaque no original).

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator